

RESUMOS

Os Portugueses e o Comércio de Escravos nas Filipinas (1580-1600)

Tendo como pano de fundo a fusão das coroa portuguesa e espanhola, os autores descrevem neste artigo o papel de relevo que os comerciantes lusos tinham no comércio escravo das Filipinas, identificando um circuito de escravos que ligava Malaca e Macau a Manila. Assim, é bastante provável que Macau fornecesse as Filipinas de cativos provenientes do Japão e da Coreia, pois um elevado número de escravos era transportado anualmente na nau que realizava o circuito comercial entre Macau e Nagasáqui. Paralelamente, pode-se também identificar, neste artigo, um circuito comercial de escravos asiáticos que ligava Malaca a Manila, assim como um terceiro que ligaria praças indianas, sob administração portuguesa, às Filipinas, os quais seriam os grandes fornecedores de escravos africanos. Apesar da escassez de documentação, pode-se reconhecer que esta rede de comércio escravo era movimentada e financiada por interesses e dinheiro de investidores privados, mormente comerciantes locais, não existindo sobre eles um controlo régio efectivo.

[Autores: Maria de Deus Beites Manso e Lúcio de Sousa, pp. 6-21]

O Contributo de Nanban Tçuzu para o Comércio Luso-Japonês. Sobre o Papel de Rodrigues como Agente Comercial de Ieyasu

No século XVI, Nagasáqui tinha-se tornado num porto comercial florescente de importância considerável e a grande nau de Macau frequentemente chegava com enormes quantidades de seda chinesa. Nessas circunstâncias, ser nomeado agente comercial de Ieyasu era uma distinção de honra tanto para Rodrigues como para os Jesuítas. Face à especificidade do comércio internacional do Extremo Oriente, a atribuição de tal nomeação conferia, em larga medida, privilégios a Rodrigues para controlar o comércio em Nagasáqui, ao invés de simplesmente servir de mediador no comércio da seda

crua e de outras mercadorias a granel. Neste caso tão particular, as decisões de Rodrigues exerciam uma forte influência sobre os assuntos internos dos Jesuítas, determinando, até certo ponto, a continuidade da missão no Japão. Esta nomeação indicava ainda que Ieyasu atribuía uma grande importância à especial relação existente entre os Jesuítas e os mercadores portugueses, dado ser consentânea com os seus interesses comerciais.

[Autores: Chen Xizi e Liu Xiaoshan, pp. 22-32]

Malaca: Uma Cidade Cosmopolita no Sudeste Asiático

A cidade é um produto da memória colectiva e da materialização da cultura dos seus habitantes, um repositório da história, o centro da memória colectiva da sua comunidade. A região do Sudeste Asiático é constituída por uma massa de terra e por arquipélagos situados no “mar Mediterrâneo” da Ásia (mar da China Meridional, mar de Java e estreitos de Malaca), sendo um ponto de cruzamento entre rotas comerciais e de miscigenação de civilizações ao longo de séculos. Aqui, a diversidade, a tolerância e a hibridizem têm sido preservadas à medida que importantes tradições cosmopolitas passam de geração em geração através de estratos e produções culturais tangíveis e intangíveis.

Este artigo apresenta um panorama geral da história de Malaca, uma das cidades mais híbridas e cosmopolitas do Sudeste Asiático, como uma narrativa dos processos de sobreposição e entrelaçamento de culturas atribuídos a pessoas que vieram dos quatro cantos do mundo, designadamente os malaio, os indianos, os chineses, os javaneses, os árabes, os portugueses, os neerlandeses e os britânicos. A importância das viagens do almirante Zheng He no início do século XV e o desenvolvimento urbano de Malaca são enfatizados, bem como os contributos subsequentes dos portugueses, dos neerlandeses e dos britânicos para a estratificação da cidade. A fragmentação pós-colonial de Malaca

é analisada enquanto exemplo dos desafios sociais, económicos, políticos e ideológicos que enfrenta. A duradoura integridade da cidade tem sido ameaçada e afectada por interesses, conflitos ideológicos e dissidências políticas, pelo turismo de massas, pela mercantilização do património, pelo desenvolvimento especulativo e por problemas de ordem ambiental, desafios contemporâneos que tantas outras cidades consideradas Património Mundial pela UNESCO enfrentam.

[Autor: Johannes Widodo, pp. 33-49]

Portugal, China e os Novos Regimes Republicanos: Continuidades e Rupturas no Diálogo Sino-Português em Torno da Questão de Macau (1909-1911)

Num mundo em mudança, Portugal e China, apesar das suas especificidades históricas e geográficas, no início do século XX desencadearam, quase em simultâneo, o processo político e social que conduziu ao fim da monarquia portuguesa e da dinastia imperial chinesa, e à instauração dos regimes republicanos. Entre 1908 e 1928, Portugal e China viveram a primeira fase da construção das suas Repúblicas, num ambiente interno de grande agitação social e de profundas divisões políticas. A nível externo, dois factos vão ser marcantes no modo como evoluiu, em cada um dos países, a formação dos respectivos regimes republicanos: a I Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, e a Revolução Bolchevique de 1917. Macau manteve-se como o principal elo de ligação entre Portugal e a China e, apesar das mudanças de regime político operadas nesses dois países, ambos herdaram e assumiram as orientações políticas delineadas pelos antigos regimes monárquico e imperial.

[Autor: Alfredo Gomes Dias, pp. 50-63]

O Debate de 1911-1912 Sobre o Modelo Político de Macau

Este artigo incide sobre a história da Primeira República Portuguesa e o respectivo impacto em Macau durante

RESUMOS

a primeira década do século xx. Macau era uma sociedade bastante conservadora que não via com bons olhos as orientações das autoridades coloniais de Lisboa, caso pretendessem mudar o equilíbrio local de poderes que privilegiava o grupo residente de luso-descendentes, os “macaenses”. Muito embora a maioria da população fosse de etnia chinesa, a sua representação política era nula, designadamente no centro tradicional do poder local, o Leal Senado. O autor analisa o breve mandato de Álvaro Melo Machado, como primeiro governador republicano do território luso-asiático, e explica por que motivo o seu impulso à reforma foi bloqueado por grupos de interesse que se serviam das suas ligações partidárias em Lisboa para impossibilitar a entrada em vigor das reformas. Machado procurou reestruturar os órgãos do governo através da extinção do Leal Senado e da criação de uma nova estrutura legislativa e executiva capaz de profissionalizar a administração de Macau e assegurar uma maior representação para as comunidades que viviam na colónia. Tal reforma tinha por base um projeto de estatuto para a colónia elaborado por Machado e debatido numa comissão que representava os grupos portugueses da sociedade de Macau. A iniciativa de Machado foi vetada em Lisboa e seriam necessárias várias décadas para a sua consecução. A visão de Melo Machado, governador de transição entre a monarquia e a república, foi símbolo evidente do espírito revolucionário que animou a década de 1910 em Macau e na China. Actualmente, Machado pode ser reconhecido como alguém que esteve muito à frente do seu tempo e dos seus contemporâneos, dotado de uma capacidade pragmática de introduzir a mudança e melhorar as condições de vida das comunidades.

[Autor: Arnaldo Gonçalves, pp. 64-85]

Revoluções e Revoltas na Primeira República. Ensaio sobre Violência Política (1910-1926)

Neste artigo procede-se, em jeito de ensaio, a uma análise da violência política durante a I República, considerando as suas dimensões conjunturais e estruturais.

Em termos estruturais, procura demonstrar-se que a violência política assumiu papel central na luta pelo controlo do Estado e foi responsável pela inexistência de um consenso mínimo em torno do regime e do seu programa reformador. No plano da conjuntura, procuramos compreender a evolução das diferentes tipologias de violência política e a sua adequação aos problemas políticos e ideológicos que cada período colocou, procurando encontrar elementos de ruptura e de continuidade. Assim, parece evidente que o primeiro período de violência ficou marcado pelas reacções ao projecto reformista da república, considerando a matriz ideológica estabelecida pelo Governo provisório; que o segundo período não pode dissociar-se da opção republicana de entrar na guerra ao lado dos aliados; e que o terceiro período fica marcado por uma nova clivagem ideológica, vinda dos sectores operários e da questão social. Fica também patente a crescente tensão entre a república e o exército e a gestação de uma cultura política exaltadora do poder forte e autoritário que impedisse a conflitualidade e sustentasse o interesse nacional.

[Autor: Miguel Dias Santos, pp. 86-99]

A Identidade Macaense: A Alternância de Códigos e a Mistura de Códigos na Comunidade Macaense em Macau

O presente estudo teve como ponto de partida a constatação diária de que, no meu bairro em Macau, as escolhas linguísticas de alguns dos meus vizinhos macaenses diferem das dos chineses de Macau. A par do cantonês, do inglês e do mandarim, também falam português. Nas suas conversas em grupo, alternam com frequência entre o cantonês e o português. A verificação dos fenómenos de alternância linguística em causa levou-me a questionar as motivações sociais e as funções da alternância de códigos/mistura de códigos da comunidade macaense em Macau. Na realidade, a discussão lança luz sobre a noção de *we-code* e *they-code* introduzida por Gumperz (1982), que parece não ser

suficiente para explicar as motivações sociais da comunidade macaense. Com base nos dados recolhidos entre informadores macaenses, num aniversário de casamento e numa sociedade de advogados, defendo que a alternância de códigos entre o cantonês e o português funciona como um *we-code* destinado a espelhar a singularidade da identidade macaense, a qual assenta na combinação das culturas portuguesa e chinesa. Em consonância com o “Modelo de Marcação” (*Markedness Model*) de Myer-Scotton (1993), apresento a hipótese de a alternância de códigos entre o cantonês e o português corresponder a uma escolha não marcada na comunidade macaense.

[Autor: Linda Lam Ho, pp. 100-128]

A Correspondência Luso-Brasileira: Narrativa de um Trânsito Intercultural

“A Correspondência Luso-Brasileira: Narrativa de um Trânsito Intercultural” explora a experiência intercultural entre Portugal e o Brasil, entre 1807 e 1823, de duas famílias oriundas da pequena nobreza rural do Norte de Portugal, com especial atenção ao percurso intercultural feminino. A *Correspondência* é uma representação polifónica de um movimento de transculturação pessoal, familiar, social e grupal, ao longo de quase duas décadas, e funciona como uma tradução por vezes consecutiva, outras vezes simultânea, dos eventos históricos testemunhados. O conceito de tradução intercultural aqui utilizado baseia-se genericamente no pensamento de Boaventura de Sousa Santos, tal como é expresso em *A Filosofia à Venda, a Doutra Ignorância e a Aposta de Pascal* (2008) e em *A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política* (2006). Esta análise da *Correspondência* articula os contextos concretos e situados do seu objecto de estudo, com o propósito de construir o conhecimento de diferentes momentos históricos, racionalidades e mundividências. Buscam-se sentidos complexos, ao analisar criticamente os discursos que regem a lógica da narrativa intercultural e as práticas que movem as representações do real.

[Autor: Clara Sarmento, pp. 129-146]